

O dilema da Petrobras ⁽¹⁾

Giovani Loss ⁽²⁾

Diante da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da nomeação de Jean Paul Prates para a presidência da Petrobras, muito se tem especulado sobre como será, na prática, a gestão dos ativos da estatal.

Fato é que as atuais condições ambientais e climáticas requerem uma grande e imediata redução nas emissões de gases de efeito estufa. Nesse sentido, o mundo tem se mobilizado para promover mudanças nas matrizes energéticas, o que significa menor utilização de recursos fósseis e promoção do uso de recursos renováveis.

O Partido dos Trabalhadores (PT) registrou perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) as Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil, declarando seu compromisso com a sustentabilidade e enfrentamento de mudanças climáticas e a necessidade de transformação da Petrobras em uma empresa de energia, por meio da utilização de fontes renováveis e mais limpas, ao invés de se limitar ao petróleo e ao gás natural.

Por outro lado, com relação ao desinvestimento de ativos da Petrobras, que vinha ocorrendo desde 2012, Lula e Prates já demonstraram suas intenções de paralisá-lo. Isso se justificaria pela vontade do partido de “abrasileirar” o preço dos derivados de petróleo no Brasil e por sua ideologia estatizante.

Entretanto, tal medida, caso concretizada, conflita diretamente com o plano de transformar a Petrobras em uma empresa de energia, como forma de contribuir para a transição energética.

As grandes “ex-petroleiras” vêm cada vez mais reiterando seu papel no mercado como empresas de energia, com o intuito de contribuir para uma matriz energética mais limpa, investindo em recursos renováveis e se desfazendo de ativos mais poluentes, maduros e considerados não essenciais dentro dessa nova lógica.

No início de dezembro, Patrick Pouyanné, CEO da TotalEnergies, confirmou que a empresa, como parte de sua estratégia para a transição energética, alienará campos maduros no Casaquistão, como o campo de Dunga, para aumentar os investimentos em um grande projeto eólico, Mirny, e incentivar o desenvolvimento de baixo carbono no país.

No mesmo sentido, Andrew Mackenzie, presidente da Shell, declarou que a empresa está promovendo mudanças significativas em seu portfólio de ativos upstream e refinarias como parte da estratégia de descarbonização. No documento Estratégia para Transição Energética da Shell, a empresa declara que, com relação aos ativos upstream, focará seus investimentos nos ativos que possuem maior potencial de crescimento e que colaboram com suas atividades integradas de gás e comercialização. Assim, desinvestirão, por exemplo, ativos onshore no Egito e nas Filipinas, que não são o foco de suas atividades.

Ainda, a Equinor, que compartilha da mesma ambição, declarou que, nos próximos anos, continuará desenvolvendo atividades relacionadas a petróleo e gás, mas somente desenvolverá os projetos upstream mais significativos, considerando sempre os graus de emissões de carbono para a construção de seu portfólio.

Percebe-se que tanto as empresas citadas quanto a Petrobras pretendem trilhar o mesmo caminho, contudo, há diferenças práticas entre o que está sendo proposto para a estatal

brasileira em relação às demais. Enquanto a Total, Shell e Equinor têm se preocupado em adequar seus portfólios de ativos à realidade da transição energética, levando o grau de emissão de carbono dos ativos em consideração e focando os investimentos somente nos ativos protagonistas e essenciais em suas atividades, o discurso de Lula e Prates demonstra que a Petrobras irá na contramão e continuará mantendo um portfólio consideravelmente diversificado, entretanto, altamente danoso para o meio ambiente.

Aqui, cabe ressaltar que a Petrobras, como diz em seu próprio site, “é reconhecida mundialmente por sua tecnologia de exploração e produção de petróleo e gás natural em águas ultraprofundas”. Fato é que a contribuição de campos maduros dentro da produção geral do País não é muito significativa, ao mesmo tempo que estes são os mais poluentes, possuindo os reservatórios que mais geram quantitativos de efluentes.

Observe-se que o desinvestimento de ativos da estatal gerou, nos últimos anos, diversos benefícios para o País, incluindo a criação de empregos e pagamentos de tributos por meio de operações e atividades hoje realizadas por empresas brasileiras reconhecidas no Brasil e no exterior, dentre elas a 3R e a PetroRio.

Questiona-se aqui a relevância de tais ativos para o desenvolvimento da Petrobras e o claro conflito entre a ideologia estatizante e a transição energética, ambos valores defendidos pelo governo que se inicia. A nosso ver, assim como no dilema dos prisioneiros, o “dilema da Petrobras” somente poderia levar a um resultado ótimo se houvesse cooperação de estratégias, seguindo a máxima reconhecida pela indústria, ou seja, transição energética com desinvestimento de ativos.

- (1) Artigo publicado no Canal Energia. Disponível em:
“<https://www.estadao.com.br/opiniaio/espaco-aberto/o-dilema-da-petrobras/>”.
Acesso em 16 de janeiro de 2023.
- (2) Mestre em Direito e Doutorando em energia pela USP, LL.M. pela Universidade Stanford, é Sócio do Mattos Filho Advogados.